HUM@NÆ
Questões controversas do mundo contemporâneo
n. 19, n. 2

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NA TEORIA DE TAJFEL E TURNER

Tito Carlos Sergio de MELO FILHO[1]
Tailson Evangelista MARIANO[2]

RESUMO

Numa discussão acerca da importância da teoria da identidade social para os estudos sobre as relações intergrupais, com interesse especial nos fenômenos do preconceito e da discriminação, analisamos a teoria da identidade segundo Tajfel e Turner e suas principais características. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura com ênfase em livros e artigos, mais atuais e relevantes sobre o tema abordado. Conclui-se que o conceito de correspondência identitária propõe uma abordagem que relacione diferentes perspectivas teóricas presentes no campo. São apresentados, neste trabalho, as possíveis contribuições dessas teorias e os limites de sua apropriação para a elaboração do conceito de correspondência identitária.

Palavras-chave: Identidade, Tajfel, Turner, Preconceito, Discriminação.

ABSTRACT

This paper addresses the formation of identity in Tajfel and Turner's theory. It presents a discussion about the importance of social identity theory for studies on intergroup relations, with special interest in the phenomena of prejudice and discrimination. The main objective of this paper will be to demonstrate the theory of identity according to Tajfel and Turner and its main characteristics. The methodology adopted will be a bibliographic analysis of literature with emphasis on books and articles, the most current and relevant on the topic addressed. It is concluded that the concept of identity correspondence proposes an approach that relates different theoretical perspectives present in the field. This paper presents the possible contributions of these theories and the limits of their appropriation for the elaboration of the concept of identity correspondence.

Keywords: Identity, Tajfel, Turner, Prejudice, Discrimination.

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco – Bolsista CAPES – E-mail: carllosergio@yahoo.com.br
[2] Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

1 INTRODUÇÃO

A identidade constitui um dos eixos centrais da Psicologia Social contemporânea, sobretudo quando se busca compreender como indivíduos e coletividades se posicionam em contextos atravessados por desigualdades estruturais, disputas simbólicas e conflitos intergrupais. Longe de se restringir a uma dimensão intrapsíquica, a identidade social configura-se como processo relacional e historicamente situado, articulando mecanismos cognitivos, dinâmicas afetivas e estruturas sociais de poder. Nesse horizonte, a Teoria da Identidade Social, sistematizada por Tajfel e Turner (1979), representa um marco teórico decisivo para a compreensão das relações entre pertencimento grupal, percepção social e comportamento intergrupal.

As formulações de Tajfel dialogam com tradições anteriores da Psicologia Social que já haviam reconhecido tanto a influência das condições estruturais sobre a conduta coletiva quanto o papel dos processos cognitivos na formação do preconceito. Contudo, a contribuição distintiva da Teoria da Identidade Social reside na articulação sistemática entre categorização social, comparação intergrupal e busca por distintividade positiva. A categorização não é concebida apenas como um mecanismo organizador da experiência, mas como um processo que sustenta a construção de valor social e a manutenção da autoestima associada ao grupo de pertencimento.

Os experimentos dos grupos mínimos demonstraram que a simples atribuição categorial pode produzir favoritismo endogrupal, mesmo na ausência de conflitos materiais objetivos. Esse achado desloca o foco explicativo de abordagens centradas exclusivamente na competição por recursos e sugere que a identidade social possui papel relativamente autônomo na dinâmica das relações intergrupais. A proposta de um continuum entre comportamento interpessoal e intergrupal, condicionada por percepções de legitimidade e estabilidade das hierarquias sociais, amplia o alcance analítico da teoria ao integrar fatores cognitivos, motivacionais e estruturais.

Posteriormente, o desenvolvimento da Teoria da Autocategorização aprofundou a compreensão dos mecanismos pelos quais determinadas identidades tornam-se salientes em contextos específicos, refinando o debate sobre despersonalização e normatividade grupal. Ainda assim, a teoria permanece objeto de

discussões quanto aos seus limites explicativos, especialmente diante de fenômenos contemporâneos como polarizações políticas intensificadas e disputas identitárias mediadas por ambientes digitais.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a teoria da identidade segundo Tajfel e Turner e suas principais características, examinando seus conceitos centrais, seus desdobramentos e suas tensões interpretativas no campo da Psicologia Social. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica de obras clássicas e produções contemporâneas, buscando evidenciar a atualidade e os limites analíticos dessa perspectiva teórica.

2 IDENTIDADE SOCIAL DE TAJFEL E TURNER

A identidade social emerge como tema de estudo na década de 50 com a publicação de um trabalho sobre percepção categorial realizado por Henry Tajfel. As origens da teoria da identidade social podem ser buscadas em uma concepção *gestaltista* da percepção que, a princípio permitiu a Tajfel propor um modelo de acentuação relativa dos contrastes. Com a ampliação de seu modelo abordando os efeitos da categorização na percepção e nos estudos dos estereótipos sociais, Tajfel inicia seus estudos sobre a discriminação e se torna um marco no estudo das relações intergrupais (Bauman, 2021).

Brasil e Cabecinhas (2024) enfatizam que a teoria desenvolvida por Tajfel e ampliada por seus colaboradores tem grande influência na psicologia social por proporcionar notáveis contribuições à dimensão social do comportamento, em relação ao comportamento grupal em geral, e às relações intergrupais, em particular.

Para Tajfel, a identidade social pode ser definida como o conjunto formado pelo autoconceito do indivíduo, sua pertença grupal e a valoração atribuída a esta pertença. Neste sentido, o pressuposto central de Tajfel defende que, por mais que seja complexa a visão de si próprio em relação ao mundo físico e social, certos aspectos dessa visão constituem uma importante contribuição de sua pertença a determinados grupos ou categorias sociais. Dentre essas pertenças, umas aparecem mais salientes que outras, sendo fundamental a estima subjetiva dessas pertenças sobre os aspectos do comportamento do indivíduo pertinentes às relações

intergrupais (Martins e Gomes, 2021). Nesta perspectiva intergrupal da identidade social, a categorização social é inserida como fator central modulador da identidade.

A categorização social pode ser entendida como *"um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade"* (Tajfel, 1981, p 291), ou seja, uma representação cognitiva da estrutura social colocada a partir de grupos ou categorias, portanto, um elemento que desempenha o papel de definir em termos mais gerais o auto reconhecimento do indivíduo.

Doise (2023) enfatiza esse caráter funcional do processo de categorização social quando concebem este fenômeno como um processo capaz de segmentar, classificar e ordenar o ambiente social, servindo como um balizador do lugar do indivíduo no mundo e na sociedade. Neste sentido, a identidade social é relacional e comparativa na medida em que é a comparação do lugar do indivíduo no mundo por meio desta classificação em termos de categorias, em outras palavras, a pertença deste indivíduo ao grupo ou grupos em relação aos demais grupos sociais, que lhe confere sua identidade. O processo de categorização social permite que generalizações e hipersimplificações sejam realizadas em direção a certas categorias e isso constitui uma das bases da formação dos estereótipos.

Segundo Tajfel, várias consequências no nível da pertença grupal podem ser pontuadas a partir do reconhecimento da identidade em termos socialmente definidos, dentre elas, (1) pode-se supor que uma pessoa tenderá a se manter como membro de um grupo ou a procurar pertencer a novos grupos se esses contribuírem para os aspectos positivos da sua identidade social; (2) se o grupo não preenche esse requisito, a pessoa tenderá a abandoná-lo, a não ser que não seja possível abandonar esse grupo ou o abandono represente um conflito de valores importantes para a autoimagem da pessoa; (3) se o abandono do grupo possui essas dificuldades, então, duas soluções podem ser tomadas: mudar a interpretação pessoal dos atributos do grupo, de modo que seus defeitos se tornem aceitáveis ou aceitar a situação e se empenhar em ações que possam melhorar o status do grupo; (4) nenhum grupo vive isolado, a comparação entre os grupos é o que leva a esta análise dos atributos do grupo. É justo esta comparação social que estabelece a ligação entre a categorização social e a identidade social para Tajfel (Martins e Gomes, 2021).

Brasil e Cabecinhas (2024) discutem essa perspectiva relacional da identidade social considerando que o que de fato se apresentar como relevante nesse domínio se

refere à dimensão experiencial da identidade inserida no contexto social de nossas relações e interações com os demais, sendo a identidade, acima de tudo, um dilema entre a singularidade e similitude entre nós e os outros em termos de modos de agir e perceber os fenômenos. Dessas relações resultam tanto uma identificação com quem nos cerca, como uma diferenciação restrita entre o “nós” e o “eles”. A identificação assegura saber quem somos e a diferenciação evita que nos confundamos com os demais.

Em linhas gerais, a teoria da identidade social consiste em uma perspectiva das relações intergrupais que integra o comportamento individual ou interpessoal com os processos sociais e contextuais visando o entendimento dos conflitos intergrupais, e por isso os conceitos de categorização e comparação social aparecem articulados. Assim, considerando que a identidade social está associada ao conceito de pertença grupal, evocado pela categorização social, o significado emocional e avaliativo resultante dessa pertença deriva no favoritismo do endogrupo em detrimento do exogrupo (Tajfel, Turner, 1979).

É importante destacar que o processo de categorização social, base da construção da identidade social, fundamenta-se nas semelhanças intracategorias e nas diferenças entre as categorias. O que implica referir que desde a origem dos estudos sobre a identidade social, já era possível de se verificar que dentro dos grupos existem forças invisíveis extremamente potentes no sentido de enviesar a percepção e o julgamento dos membros (Martins e Gomes, 2021). Um dos fenômenos que está associado a este processo é o efeito de acentuação, que consiste em acentuar as semelhanças ou diferenças de objetos ou pessoas em função de sua pertença categorial, podendo ocorrer o efeito de assimilação (análise dos objetos ou pessoas de uma mesma categoria) ou o efeito de contraste (análise dos objetos ou pessoas pertencentes a categorias distintas).

Para chegar a essas conclusões, Tajfel e Wilkes (1963) realizaram um estudo cujo objetivo consistiu em analisar se de fato os itens de uma mesma categoria são percebidos por meio do aumento das semelhanças entre si e se os itens de categorias diferentes passam pelo processo contrário, ou seja, são avaliados por meio do aumento das diferenças. Neste estudo, linhas verticais são apresentadas aos participantes em uma sequência, uma a uma e por repetidas vezes. As linhas possuem tamanhos diferentes e cabe aos participantes avaliarem o comprimento das

linhas. Três condições experimentais são manipuladas neste estudo. Em uma das condições, as quatro linhas maiores são denominadas de A e as menores de B. Na outra condição, as linhas não possuem rótulos. Na última condição, os rótulos não possuem relação com os tamanhos das linhas. Pode-se verificar que na primeira condição, os participantes consideraram as linhas rotuladas de A e B como significativamente mais diferentes do que os participantes das outras condições. Com isto, Tajfel e Wikes puderam evidenciar que as classes distintas foram avaliadas tendo como pressuposto a saliência das diferenças entre elas.

Este efeito encontrado no nível perceptivo de objetos físicos estabelece um certo padrão quando se avalia a percepção de estímulos de outra ordem, como a percepção referente às relações intergrupais. Tajfel e colaboradores puseram então à prova os dados obtidos sobre a categorização de objetos físicos, investigando como se dá esse processo direcionado à percepção de pessoas (Monteiro et al, 2021).

De acordo com Brasil e Cabecinhas (2024), caso extrapolemos essa conclusão para o plano social e consideremos que a classificação é feita em termos de critérios étnicos ou raciais e que a dimensão contínua se refere a atributos pessoais, as conclusões podem ser análogas. No entanto, supõe-se que a categorização social pode se apresentar de forma distinta, enquanto no plano físico ela é neutra, em relação a grupos e pessoas pode se apresentar carregada de valoração. Com efeito, a questão da categorização social está em Tajfel, intrinsecamente associada à discriminação social. A discriminação como sendo um tratamento desfavorável em relação a indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais é, segundo os pressupostos de Tajfel, um comportamento universal, tanto quanto o favoritismo dirigido ao próprio grupo de pertença.

Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971) publicam um estudo inserindo a questão do favoritismo endogrupal como fenômeno pertinente às relações intergrupais. Os autores objetivaram avaliar os efeitos da categorização social no comportamento intergrupal quando, na situação intergrupal, não estavam presentes nem interesses individuais, nem atitudes de hostilidade previamente determinadas. Na parte inicial do experimento, adolescentes do sexo masculino realizavam uma tarefa de julgamento estético. Em seguida, os adolescentes foram separados em dois grupos em função dos resultados obtidos na primeira tarefa, e eram requeridos a tomar decisões sobre a remuneração merecida para os membros do próprio grupo ou do outro grupo pela

participação no experimento com o auxílio de matrizes de pagamento. Os resultados demonstraram que a mera separação ou categorização dos participantes em grupos diferentes é capaz de gerar a discriminação frente o exogrupo. O tipo de estratégia para a remuneração que influenciou os resultados foi “diferença máxima em favor do endogrupo”, seguida pela estratégia “lucro máximo para os membros do endogrupo”. A estratégia "máximo lucro comum", que repartia os lucros igualmente para o endogrupo e exogrupo, não se apresentou significativa e a estratégia “justiça” moderou o favoritismo ao endogrupo. Esses dados indicam que mais do que utilizar estratégias que permitam um ganho econômico para o endogrupo, os participantes entram em estado de competição com o exogrupo, melhor dizendo, esse estudo e demais realizados sob o comando de Tajfel, constatam que de modo bastante consistente a categorização é suficiente e atua de forma isolada como meio de determinar o favoritismo endogrupal e a rejeição frente exogrupos (Monteiro et al, 2021).

Como pode ser avaliado, mesmo sem as variáveis comumente eliciadoras de estímulos intergrupais negativos, é possível se gerar o conflito intergrupal. Contudo, diferenciação intergrupal não é um simples produto de um conflito de interesses, mas emerge da necessidade principal de atribuir significado ao status intergrupal, de forma a fortalecer a identidade social, aumentando as diferenças entre os grupos ou criando diferenças que, de fato, não existem (Monteiro et al, 2021). As preferências demonstradas nos estudos sobre grupo mínimo podem representar um padrão de resposta em relação à percepção de diferenças sociais, no entanto, este é apenas um processo dentre outros diversos que interferem no julgamento e comportamento social.

Tajfel considera que o comportamento social pode ser entendido a partir de um continuum – de um lado estaria o nível puramente interpessoal, referindo qualquer encontro entre duas ou mais pessoas em que a interação é determinada pelas relações pessoais e pelas características pessoais respectivas e, de outro lado, o nível puramente intergrupal, em que todo o comportamento de dois ou mais indivíduos é determinado pela pertença a grupos diferentes. Desta forma, o nível interpessoal se relaciona à interação entre dois ou mais indivíduos derivada de suas características individuais ou relações pessoais, não sofrendo efeito da pertença grupal. O nível intergrupal corresponde à interação entre indivíduos ou grupos inteiramente

influenciada pela pertença grupal, não sendo afetada pelas características individuais ou relações pessoais. Apesar desta conceitualização dicotômica acerca do processo de relações intergrupais, é importante ressaltar que não é provável que esse processo ocorra a partir de um dos níveis isolados na vida real, sobretudo, o interpessoal (Tajfel, 1981). Doise (2023) acrescenta que, em relação a este continuum, Tajfel preocupou-se com as condições que determinam a adoção de formas de comportamento social que estejam mais próximas de um extremo ou de outro. Por exemplo, as condições que circundam o conflito intergrupal. Quanto mais intenso é um conflito, maior será a probabilidade de que os membros dos grupos se comportem afetados por suas pertenças grupais, mais do que afetados por suas características individuais ou relações interpessoais. Por outro lado, um conflito institucionalizado ou explicitamente de interesses intergrupais, não é suficiente para explicar as diversas situações em que o comportamento dos indivíduos de grupos distintos se aproxima do extremo intergrupal.

Em acréscimo, Tajfel coloca o extremo interpessoal como incoerente, quando pensado isoladamente, pois parece improvável, no contexto de interação entre duas pessoas, que essas não sejam afetadas por suas pertenças mútuas numa variedade de categorias sociais a partir das quais expectativas são construídas em relação as suas características e ações. Sendo o outro extremo, o comportamento puramente intergrupo, empiricamente menos arbitrário. Como exemplo, o autor cita uma tripulação da força aérea que bombardeia um alvo de população inimiga. Neste caso, o comportamento intergrupo parece conduzir a ação, no entanto, não é provável que aspectos do extremo interpessoal também não estejam presentes (Santos e Amâncio, 2024).

Para Tajfel, a base dessas distinções entre comportamento interpessoal ou intergrupal, consiste em que no primeiro caso, os indivíduos agem enquanto indivíduos e, no segundo caso, os indivíduos interagem segundo suas pertenças de grupo. Assim, a condição básica para o aparecimento de comportamentos extremos intergrupo é a crença de que as fronteiras sociais relevantes entre os grupos são imutáveis, sejam quais forem as razões é impossível que os indivíduos de um grupo se movam para outro grupo. Do mesmo modo, a condição básica para o comportamento puramente interpessoal de indivíduos que se incluem em grupos distintos, é a crença de que as mesmas fronteiras intergrupais relevantes são flexíveis, mas que há

grandes dificuldades que impedem a mobilidade social de indivíduos de um grupo para o outro (Santos e Amâncio, 2024).

Desta forma, Tajfel enumera quatro atributos psicológicos sociais que determinarão possíveis formas de comportamento social: (1) o consenso entre os grupos envolvidos de que os critérios de estratificação são tão legítimos como estáveis (impossíveis de se alterar); (2) o consenso de que os critérios não são legítimos nem impossíveis de se alterar; (3) o consenso de que os critérios são ilegítimos, mas imutáveis por conta, por exemplo, de grandes diferenças de poder entre os grupos; (4) o consenso de que os critérios são legítimos, mas instáveis (possíveis de se alterar) (Santos e Amâncio, 2024).

A combinação de ilegitimidade com instabilidade é capaz de incitar tentativas de mudança do *status quo* intergrupal, ou de resistência a tais mudanças por parte dos grupos que se sentem ameaçados por tais mudanças, ou seja, a transposição da linha divisória de um conflito latente para um conflito extremo e explícito pode ser o resultado desta combinação. De qualquer forma, a percepção de ilegitimidade ou de instabilidade de estratificações intergrupais por si, pode também gerar tentativas de mudar a situação intergrupal que podem culminar em resultados sistematicamente semelhantes aos resultados prováveis dos dois critérios em conjunto (Neto e Amâncio, 2022).

É neste sentido que Tajfel apresenta um continuum entre mobilidade social e mudança social. A mobilidade social define uma estruturação subjetiva de um sistema social cujo pressuposto está na flexibilidade e permeabilidade do sistema que permite um movimento inteiramente livre de um grupo para o outro. A mudança social, por sua vez, refere-se à crença do indivíduo de que está cercado pelas paredes do grupo social de que faz parte, logo, não pode deslocar-se do seu grupo para outro a fim de melhorar ou mudar sua posição. Álvaro e Garrido (2023) aponta que o fator que pode determinar as formas de agir de membros de grupos desfavorecidos frente à desigualdade, por exemplo, é a sua percepção da estrutura intergrupal, caso seja percebida como ilegítima ou instável, pode contribuir para a consciência de alternativas de mudança à estrutura intergrupal existente, o que levará a uma diversidade de respostas coletivas para melhorar a posição do grupo. Por outro lado, a ausência de consciência de alternativas conduzirá apenas a buscas individuais de mudança ou a aceitação da condição desfavorável.

Tajfel acrescentou ainda que o estatuto dos grupos influencia as formas de comportamento intergrupal. Por estatuto grupal entende-se a avaliação percebida em termos de uma hierarquia resultante de uma comparação social. No processo de julgamento e de interação social, os membros do grupo estão sujeitos a seguirem os conteúdos avaliativos e normativos comuns ao seu próprio grupo. O comportamento dos sujeitos em relação ao endogrupo e aos grupos que julgam relevantes na sociedade é orientado pela referência a normas e valores que a categorização social dá significado, por essa razão, as normas contextuais estão implicadas no conceito que as pessoas fazem do próprio grupo e do grupo alheio (Neto e Amâncio, 2022). Em resumo, a pertença grupal associada às normas do grupo em função da comparação social são os elementos que em conjunto determinam o julgamento e o comportamento social das pessoas.

Muito embora Tajfel e Turner tenham enfatizado que o modelo da identidade social leva em conta a realidade social e os aspectos dela resultantes, posto que argumentam que as variáveis psicossociais são derivadas de processos econômicos, políticos e sociais, alguns autores criticaram esse modelo justo no que se refere ao aspecto ideológico (Neto e Amâncio, 2022). Conforme as críticas assinalam, a ideologia parece não fazer parte dos achados pertinentes aos estudos dos grupos mínimos. A universalidade com que o processo de favoritismo endogrupal opera no interior dos grupos ou a busca pela distintividade positiva do endogrupo implica em negligenciar as representações ideológicas das relações intergrupais (Miranda, 2022). Alguns autores põem em dúvida também a validade externa do paradigma do grupo mínimo indicando que, dentre outras questões, a própria estrutura da tarefa que define uma única dimensão possível de distintividade entre os grupos, impede que os indivíduos selecionem uma estratégia alternativa de comportamento intergrupal, restando apenas o desenvolvimento de condutas discriminatórias. Existe um conjunto de trabalhos que defendem a influência de múltiplos fatores sobre as estratégias escolhidas pelos grupos, condicionando apenas a algumas situações específicas, o aparecimento da discriminação intergrupal.

A teoria da auto-categorização consiste em uma teoria geral dos processos intergrupais e serve de base para a compreensão de outros fenômenos, tais como, a atração, a cooperação e a influência social, ademais, tem sido utilizada nos estudos sobre julgamento social e estereótipos. Não obstante à amplitude de investigações

nesta perspectiva, uma das limitações mais assinaladas na literatura a respeito deste modelo consiste no fato de seus pressupostos levarem em conta um “certo reducionismo psicológico” na explicação dos processos intergrupais (Miranda, 2022). Outras propostas têm buscado complementar os aspectos eminentemente cognitivos deste modelo, por exemplo, com elementos motivacionais, ou com elementos em um nível mais situacional e estrutural, como os modelos de distintividade ótima, diferenciação categorial, dentre outros

A teoria da identidade social e a teoria da auto-categorização, muito embora tenham recebido críticas, permanecem sendo perspectivas de grande relevância no estudo dos processos grupais. Particularmente a teoria da identidade social tem dominado o campo de estudo das relações intergrupais nos últimos 30 anos, dada suas contribuições substanciais para a compreensão do comportamento social e dos fenômenos pertinentes às relações intergrupais. Como defende Álvaro e Garrido (2023, p.87), “esta perspectiva pode ser especialmente pertinente ao oferecer um marco que conceitualiza as categorias sociais não como elementos estáticos ou performados vinculados à mente dos sujeitos, mas sim como emergentes que se constroem no momento da interação”.

Erikson (2023) argumenta de forma convincente que a cultura desempenha um papel fundamental na formação das identidades sociais, pois fornece padrões compartilhados de significado que moldam a maneira como os membros de uma cultura específica percebem a si mesmos e aos outros. Esses sistemas compartilhados de significado são transmitidos ao longo das gerações e influenciam quais grupos são considerados importantes e como eles são caracterizados. Além de compartilhar uma língua e localização comuns, as culturas envolvem crenças, percepções, avaliações e comportamentos compartilhados, que ajudam a definir as identidades sociais.

Assim, fica claro que, no processo de construção da identidade, as pessoas não se limitam apenas a descrever traços individuais que as tornam únicas, mas também se situam dentro do contexto social ao afirmarem categorias sociais. Essas categorias vão além de características pessoais e englobam elementos como gênero, etnia e papéis sociais, como ser pai ou cônjuge (Miranda, 2022).

Erickson (2023) teve como objetivo listar uma ampla gama de identidades sociais às quais as pessoas se vinculam. Para isso, realizaram uma análise fatorial

exploratória e identificaram cinco fatores que representam os cinco tipos de identidade social identificados: relacionamentos pessoais, profissões/atividades, filiações políticas, grupos étnicos/religiosos e grupos estigmatizados. Essas identidades foram agrupadas com base na percepção de similaridade, e a distribuição desigual de identidades em cada cluster pode refletir a realidade, uma vez que as pessoas têm mais identidades de um tipo do que de outro. No entanto, os pesquisadores observam que muitas outras identidades não mencionadas na amostra original poderiam ser incluídas em cada um desses clusters.

Para desenvolver uma compreensão adequada dos fenômenos do estigma, é necessário levar em conta as maneiras importantes pelas quais os estigmas podem diferir uns dos outros. Distinguem-se três tipos amplamente diferentes de estigma: “abominações do corpo”, que consistem em várias deformidades físicas, deficiências e doenças crônicas; “manchas de caráter individual”, que são inferidas a partir de um histórico conhecido de comportamento socialmente desviante; e o “estigma tribal herdado de raça, nação e religião”. Isso, é claro, não é uma taxonomia completa, embora pareça um ponto de partida útil para pensar nas variações do estigma e em seus efeitos diferenciais sobre o portador e o observador não estigmatizado.

Nesse sentido, as dimensões sugeridas incluem a visibilidade da condição estigmatizante, o perigo percebido representado pela pessoa estigmatizada e a responsabilidade percebida da pessoa pelo estigma (Erikson, 2023). Esses fatores podem influenciar a forma como os indivíduos percebem e reagem ao estigma, afetando as interações sociais e os comportamentos de discriminação.

De acordo com Doise (2023) grande parte do preconceito intragrupal e da discriminação intergrupal é motivada pelo tratamento preferencial dos membros do próprio grupo, em vez de uma hostilidade direta em relação aos membros do grupo externo. Isso significa que o viés positivo em relação ao grupo frequentemente coexiste com atitudes negativas e estereótipos em relação aos membros de grupos externos.

Álvaro e Garrido (2023) sugerem que diferenças básicas na maneira como os julgamentos sobre grupos internos e grupos externos são feitos contribuem para o estabelecimento e perpetuação do viés entre grupos, diminuindo a estabilidade das impressões negativas sobre o grupo interno e positivas sobre o grupo externo, e

aumentando a estabilidade das impressões positivas sobre o grupo interno e negativas sobre o grupo externo.

Desta maneira, a identidade social também pode levar ao descrédito de grupos externos, em que os indivíduos têm atitudes e estereótipos negativos em relação aos membros de outros grupos. Essa tendência de desvalorizar grupos externos serve para realçar a distintividade positiva do grupo interno e reforçar a autoestima dos indivíduos. O descredito de grupos externos pode se manifestar por meio de crenças preconceituosas, comportamentos discriminatórios, estereótipos e conflitos intergrupais. A intensidade dessas atitudes negativas em relação a grupos externos pode variar dependendo de fatores como a ameaça percebida representada pelo grupo externo, a saliência da identidade social e o contexto intergrupal (Bauman, 2021).

CONSIDERAÇÕES

Compreender a dinâmica da identidade social e das relações intergrupais é fundamental para reduzir o preconceito e promover interações positivas. Estratégias como contato intergrupal, exercícios de perspectiva e treinamento de empatia têm mostrado eficácia nesse sentido. Além disso, a criação de ambientes inclusivos, a promoção da cooperação entre grupos e o questionamento de estereótipos contribuem para o estabelecimento de relações intergrupais positivas.

Ao reconhecer o impacto da identidade social nas atitudes, estereótipos e comportamentos, podemos desenvolver intervenções e políticas que promovam a inclusão, equidade e coesão social. A identidade social molda nossa visão e identificação com um grupo, influenciando nossas atitudes em relação a outros grupos. Por exemplo, uma forte identificação étnica geralmente resulta em atitudes positivas em relação ao próprio grupo e menos favoráveis em relação a outros grupos étnicos.

Além disso, a identidade social influencia nossos comportamentos, levando-nos a agir de acordo com as normas e expectativas do grupo ao qual pertencemos. Isso pode resultar em comportamentos cooperativos e solidários dentro do grupo, mas também em comportamentos competitivos ou discriminatórios em relação a outros grupos.

Sobre o desenvolvimento da pertença grupal, foi possível evidenciar que esse sentimento de pertencer ao grupo, ou seja, esse anseio de fazer parte, de estar inserido, constitui-se como base para a construção tanto da identidade social como das formas de conduta no quadro das relações interpessoais e intergrupais. Naturalmente o sentimento de pertença é desenvolvido por meio da interação social e a avaliação desse sentimento pertinente à comparação social está no centro das emoções e crenças auto-dirigidas. Tajfel e Turner defendem que a estima subjetiva referente à pertença social é fundamental para derivar o comportamento das pessoas diante das relações intergrupais, daí a estreita vinculação entre preconceito e identidade social.

As relações intergrupais são influenciadas pela identidade social, afetando nossas percepções e atitudes em relação a outros grupos. Isso pode levar à formação de estereótipos, preconceitos e conflitos. No entanto, a identidade social também pode ser uma fonte de conexão e cooperação entre grupos, especialmente quando há uma identidade compartilhada ou objetivos comuns.

REFERÊNCIAS

ALVARO, J. L, GARRIDO, A. **Psicologia social -** perspectivas psicológicas e sociológicas. ed.3. Editora McGraw-Hill. São Paulo, 2023.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. ed.6. Editora Zahar. São Paulo, 2021.

BRASIL, J. A., CABECINHAS, R. **Processos Identitários, Representações Sociais e Migrações:** Reflexões sobre a Identidade Latino-Americana. ed.3. Editora Atlas. São Paulo, 2024.

DOISE, W. **Da psicologia social à psicologia societal**. Psicologia: teoria e pesquisa. ed.2. Editora Saraiva. São Paulo, 2023.

ERIKSON, E. **Identidade:** juventude e crise. ed.14. Editora Zahar. São Paulo, 2023.

MARTINS, J., GOMES, P. S. **Identidade, desvio e reputação no grupo de pares**. ed.3. Editora Atlas. São Paulo, 2021.

MIRANDA, J. **Comportamento intergrupal -** revisão da literatura. Análise Psicológica. ed.7. Editora Manole. São Paulo, 2022.

MONTEIRO, M. B., et al **Identidade social**. Um conceito chave ou uma panacéia universal. Sociologia: problemas e práticas. ed.9. Editora Saraiva. São Paulo, 2021.

NETO, M. M, AMANCIO, L. **Algumas estratégias identitárias dos algarvios face o impacte do turismo uma abordagem psicossociológica**. Revista ESGHT. São Paulo, 2022.

SANTOS, M. H., AMANCIO, L. **Percepção de justiça, discriminação e sexismo**. ed.3. Editora Atlas. São Paulo, 2024.

TAJFEL, H., et al. **Social categorization and intergroup behaviour**. European journal of social psychology, 1(2), 149-178. 1971.

TAJFEL H., et al. Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups. Acta Psychologica, 22, 191-201. 1964.

TAJFEL, H., TURNER, J. C. **An integrative theory of intergroup conflict**. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.). The social psychology of intergroup relations. Monterey, CA: Brooks/Cole, 33-47. 1979.

TAJFEL, H., WILKES, A. L. **Classification and quantitative judgement**. British Journal of Psychology, 54(2), 101-114. 1963.

TURNER, J. C., et al. **Rediscovering the social group:** A self-categorization theory. Basil Blackwell. 1987.

TURNER, J., et al. **Selfand collective:** Cognition and social context. Personality and social psychology bulletin, 20, 454-463. 1994.

TURNER, J. C., ONORATO, R. **Social identity, personality and the self-concept:** A selfcategorization perspective. In T. R. Tyler, R. M. Kramer, & O. P. John (Eds.). The psychology of the social self (pp. 11-46). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates. 1999.

TURNER, J. C., REYNOLD, K. J. **Self-categorization Theory**. In In Van Lange, Kruglanski, & Higgins (Eds.). Handbook of Theories in Social Psychology (pp. 399-417). London: Sage Publications. 2011.